



# **As inequações estaduais**

**Darcy Francisco Carvalho dos Santos**  
Contador, economista e auditor de  
finanças públicas

# Receita disponível \* por esfera de governo, 1960-2012

ANO	União	Estados	Municípios	Total	União	Estados	Municípios	Total
	Em % do PIB				Em % do total			
1960	10,40	5,90	1,10	<b>17,40</b>	59,4	34,0	6,6	100,0
1980	17,00	5,50	2,10	<b>24,60</b>	69,2	22,2	8,6	100,0
1988	14,00	6,00	2,40	<b>22,40</b>	62,3	26,9	10,8	100,0
2000	17,01	7,96	5,02	<b>29,99</b>	56,7	26,5	16,7	100,0
2010	19,35	8,58	6,26	<b>34,19</b>	56,6	25,1	18,3	100,0
2011	20,46	8,84	6,52	<b>35,83</b>	57,1	24,7	18,2	100,0
2012	21,14	9,12	6,87	<b>37,13</b>	56,9	24,6	18,5	100,0

Fonte: Khair, Amir; Araújo, Erika Amorim; Afonso, José Roberto. Carga Tributária

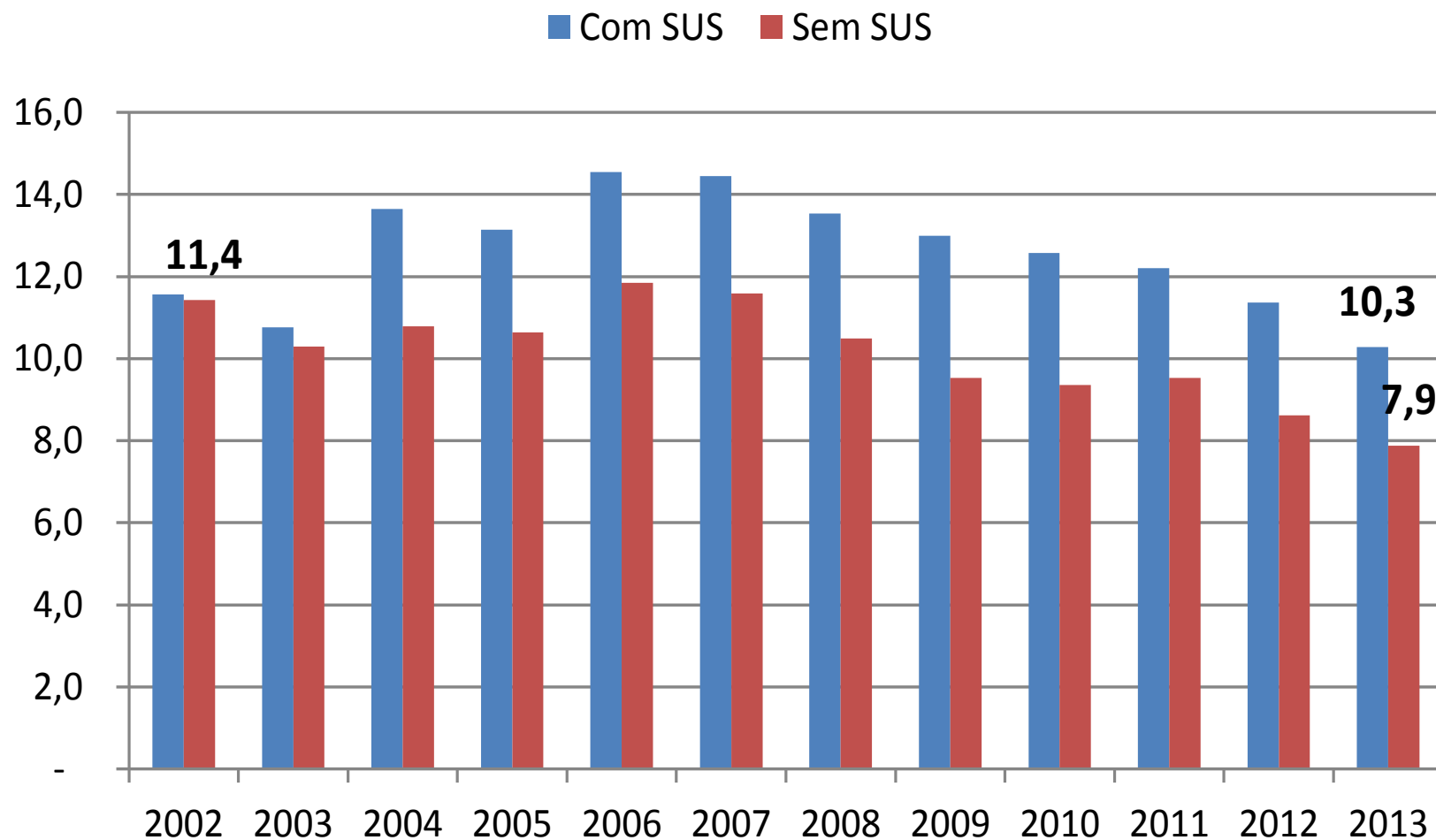
- mensuração e impacto sobre o crescimento, até 1988. 2000: Receita Federal do Brasil

2010-2012- Carga Tributária Global no Brasil/Bruta. Afonso, José Roberto e Castro, Kleber.

Da parcela da União, em 2012, 2,17% do PIB ou 5,9% do total pertencem ao FGTS e ao Sistema S.

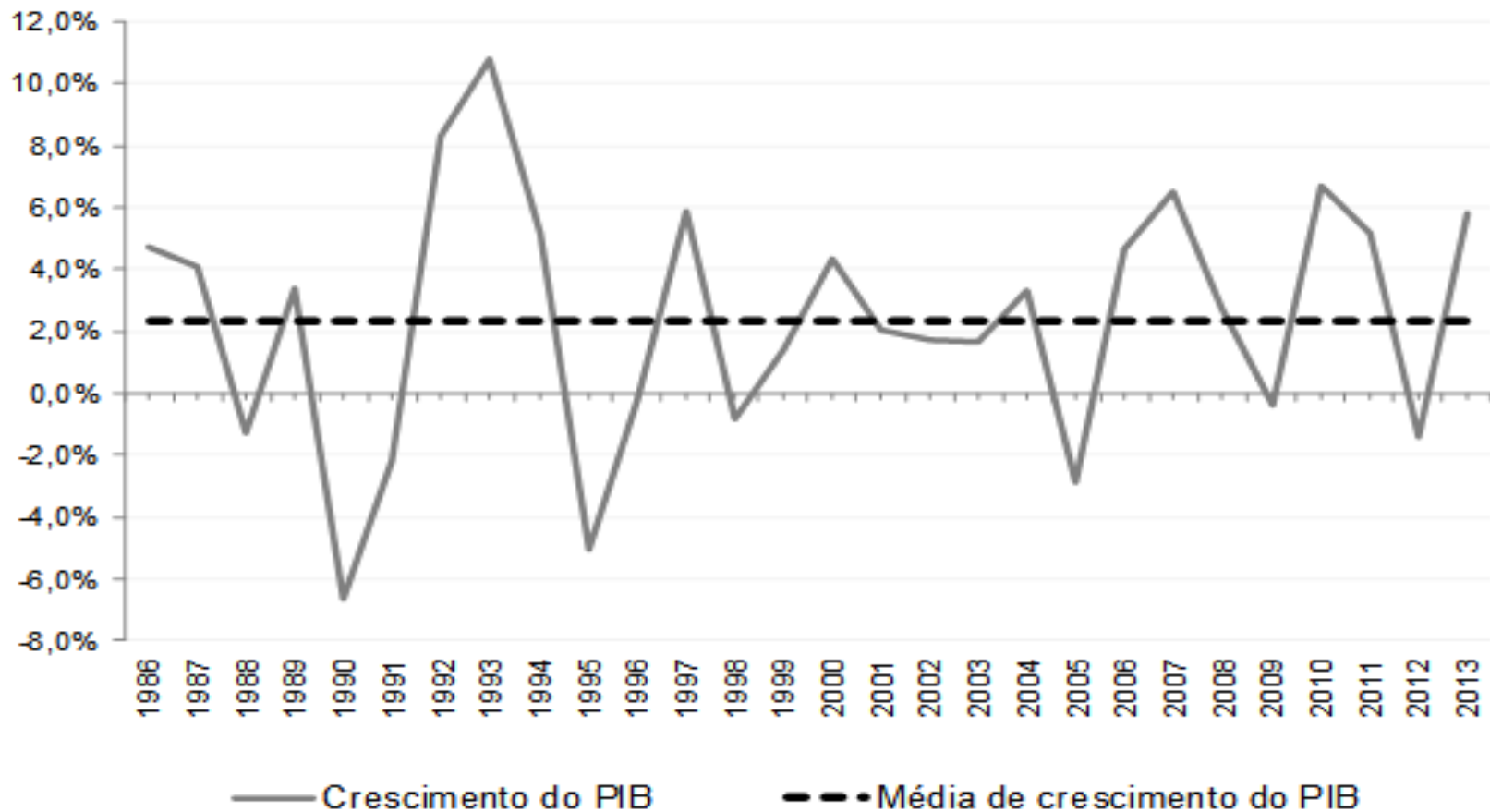
(\*) Após as transferências constitucionais.

# Transferências federais em % da receita corrente do Estado, 2002-2013

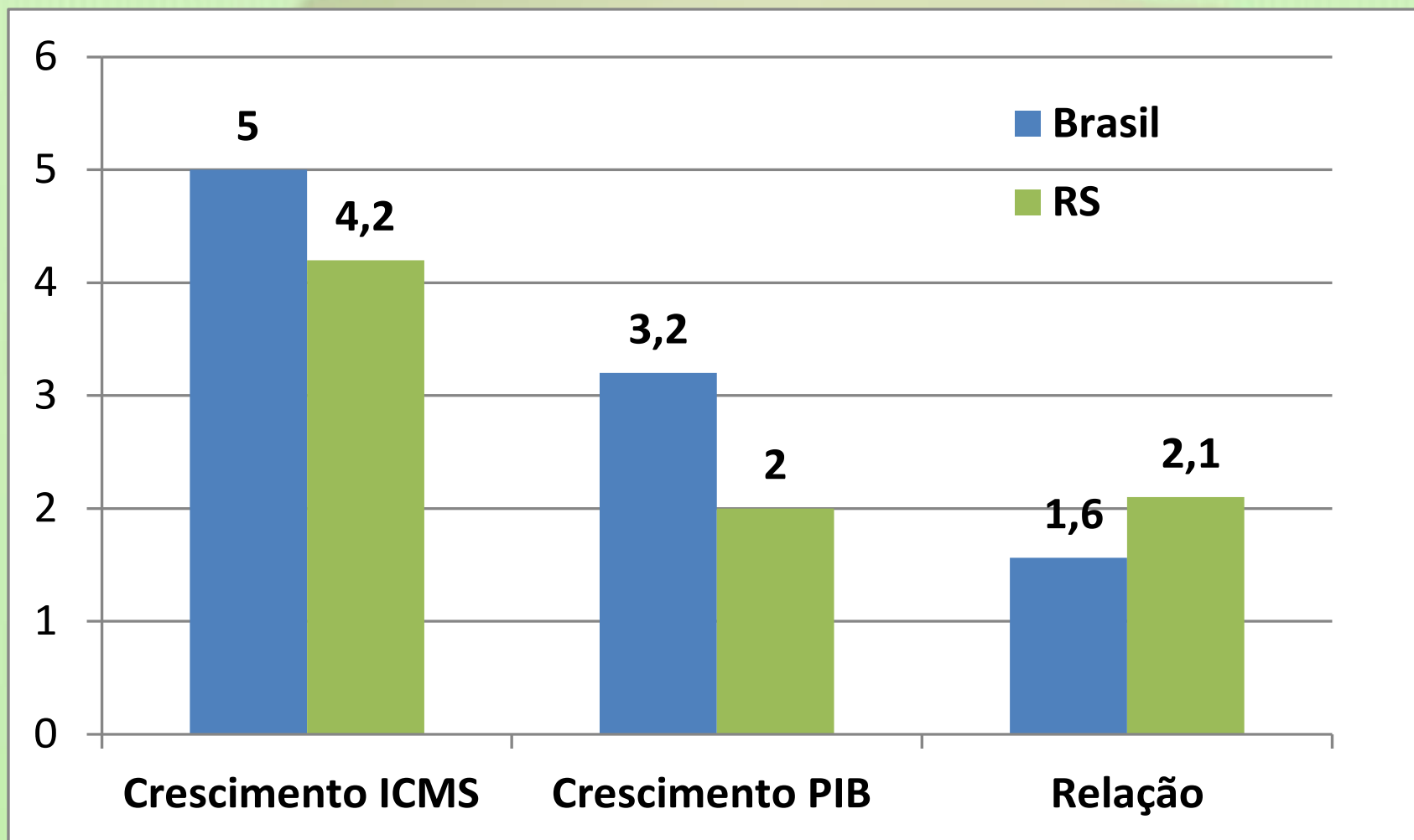


# Taxas de crescimento do PIB-RS, 1986-2013

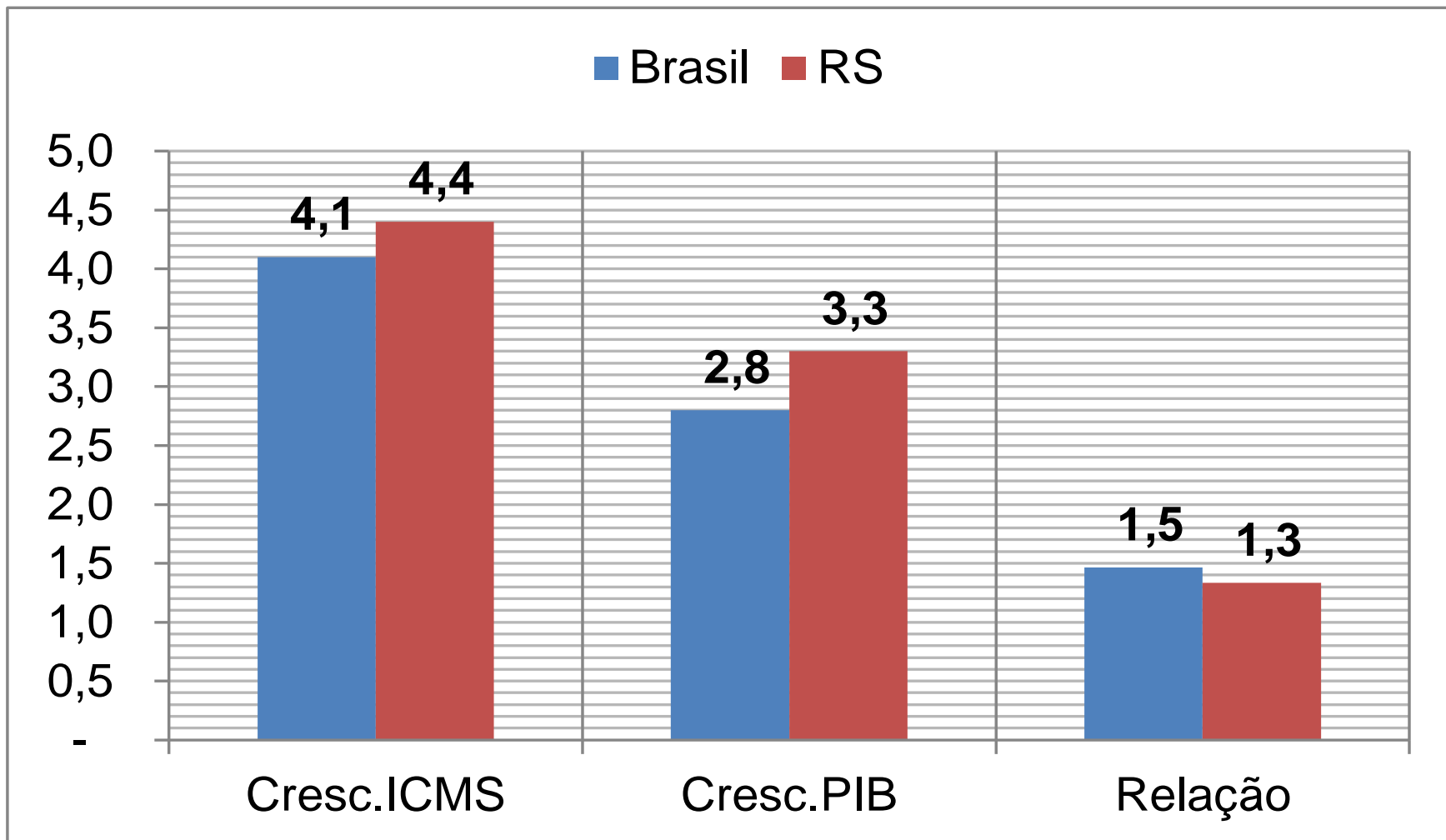
(Média anual: 2,2%)



# Taxas de crescimento do PIB e do ICMS no Brasil e RS, 1995-2010

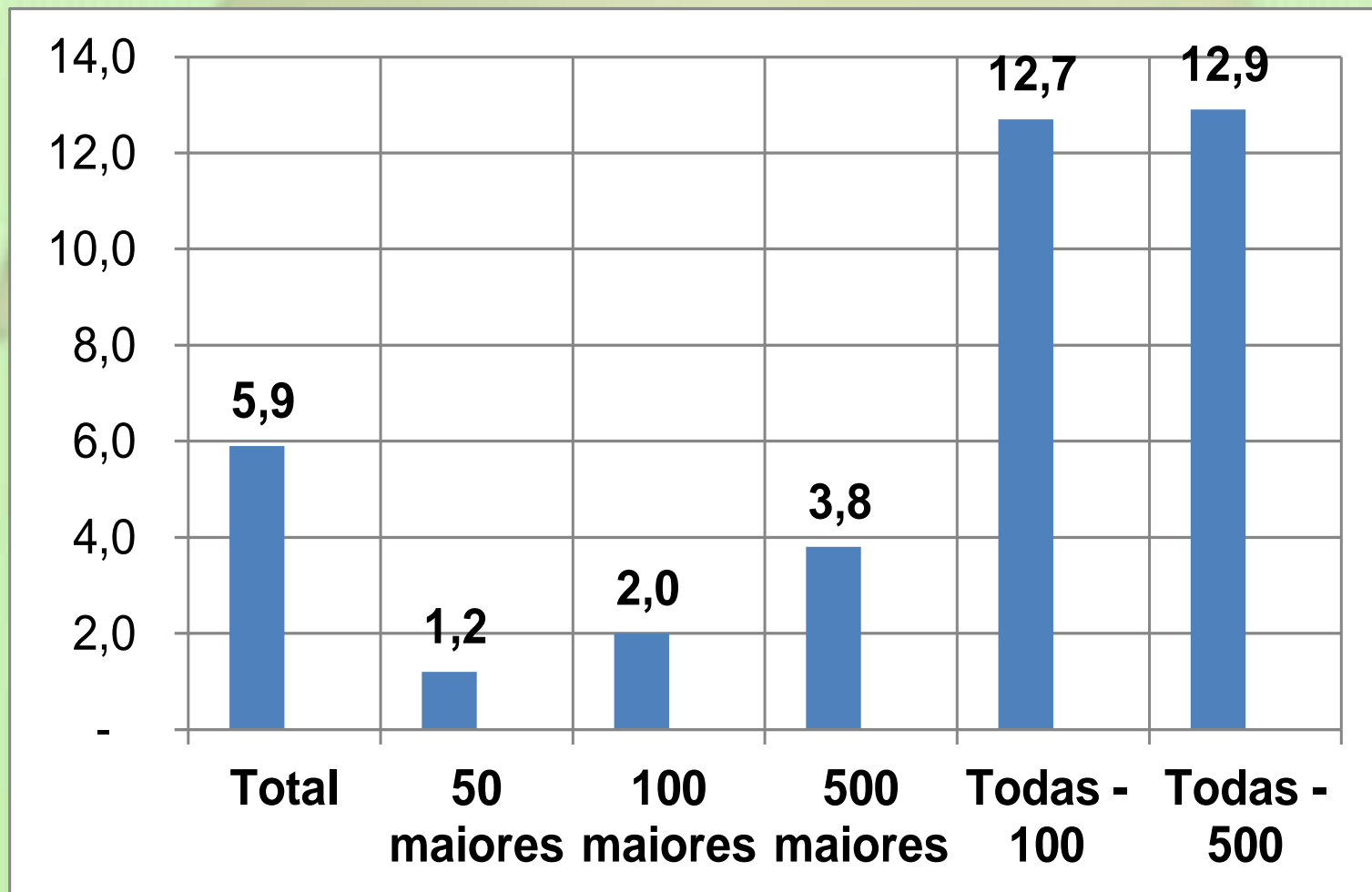


# Crescimento do ICMS e PIB do Brasil e RS, 2011-2013

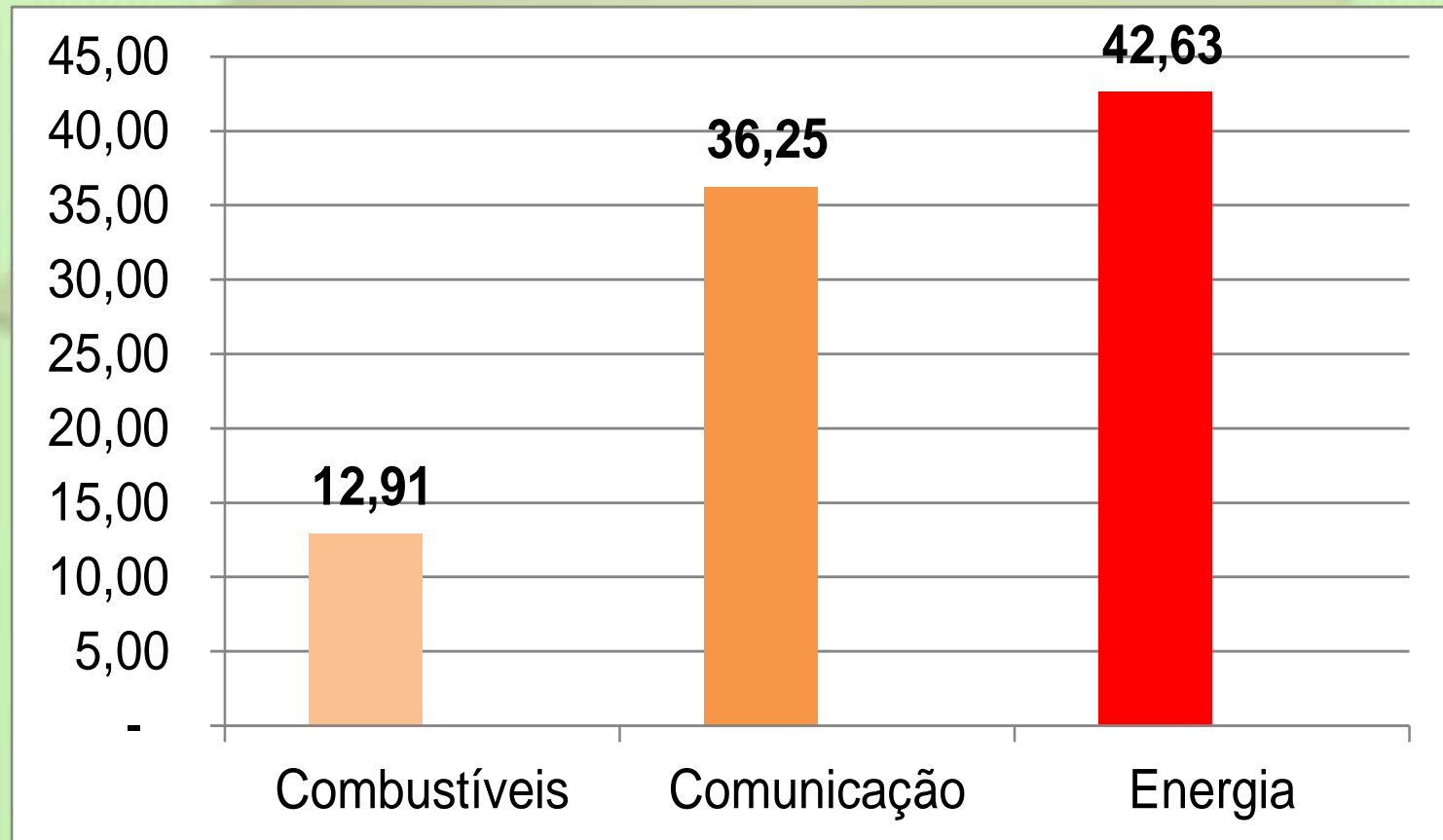


# Taxas de médias de crescimento do ICMS por grupos de empresa, 2006-2013 – em %

( Dados brutos PP 2013)



# Queda da participação na arrecadação das “blue-chips”, 2006-2013 – em % (Dados brutos PP 2013)





# “Blues-chips” na composição do ICMS

Exercício	Combustível	Comunicação	Energia	Total "blue-chips"
2006	20,45	13,27	12,34	46,06
2007	20,82	10,87	10,93	42,62
2008	19,61	10,68	9,67	39,96
2009	17,49	10,63	10,05	38,17
2010	17,47	10,35	9,22	37,04
2011	17,97	9,93	9,64	37,54
2012	16,97	9,32	9,92	36,21
2013	17,81	8,46	7,08	33,35
<b>Perda rel.</b>	<b>-12,9%</b>	<b>-36,2%</b>	<b>-42,6%</b>	<b>-27,6%</b>
Relatórios Sefaz/Apud Parecer Prévio TCE 2013, p.59.				

# Inequação orçamentária do Estado, 2014

Em % da receita corrente (bruta = 38,7 bilhões)

<b>VINCULAÇÕES</b>	<b>61,0</b>	<b>DESPESAS FIXAS (*)</b>	<b>52,0</b>
Municípios (variável)		Secretaria e órgãos	
Educação (35% RLIT)		Pessoal (exceto vinculados)	
Saúde (12% RLIT)		Dívida extralimite	
SUS (aplicação da receita)		Outros Poderes	
C & T e ens. superior (2% RLIP)		Outros gastos (exceto os decorrentes de vinculação)	
Precatórios e RPVs (3% RCL)		Despesas não registradas	
Dívida intralimite (13% RLR)		Investimentos: zero	
(-) Fundeb cotado em dobro			
<b>RECURSOS LIVRES</b>	<b>39,0</b>	<b>DÉFICIT POTENCIAL</b>	<b>13,0</b>
Vinculações não cumpridas: R\$ 1,5 bilhão ou 4% da receita corrente.			
<b>Déficit potencial: R\$ 5,1 bilhões.</b>		Não cumpridos na íntegra	
(*) Não decorrentes de vinculação.		Demais cálculos em poder do autor.	

# Vinculações do ICMS c/MDE (2014)

ESPECIFICAÇÃO	ICMS	
	VALOR	%
<b>1. ARRECADAÇÃO TOTAL</b>	<b>25.854.213</b>	<b>100,00</b>
<b>2. VINCULAÇÕES AUTOMÁTICAS</b>		-
2.1 - MUNICÍPIOS	6.463.553	25,00
2.2 - FUNDEF: 20% S/ITENS (1-2.1)	3.878.132	15,00
<b>3. LÍQUIDO 1 (1-2)</b>	<b>15.512.528</b>	<b>60,00</b>
4. DÍVIDA: 13% S/ITEM 3	2.016.629	7,80
<b>5. LÍQUIDO 2 (3-4)</b>	<b>13.495.899</b>	<b>52,20</b>
6. S. SAÚDE PÚBLICA:12% S/ITENS (1-2.1)	2.326.879	9,00
<b>LÍQUIDO 3 (5-6)</b>	<b>11.169.020</b>	<b>43,20</b>
7. MANUTENÇÃO E DESENV. ENSINO	2.908.599	11,25
7.1 TOTAL: 35% S/ITEM (2.1)	6.786.731	26,25
7.2 A DEDUZIR FUNDEF	(3.878.132)	(15,00)
<b>8. LÍQUIDO 4 (6-7)</b>	<b>8.260.421</b>	<b>31,95</b>
9. ENSINO SUPERIOR: 0,5% S/ITENS (1-2.1)	96.953	0,38
10.CIÊNCIA/TECNOL: 1,5% S/ITENS (1-2.1)	290.860	1,13
<b>11.LÍQUIDO 5 (8-9-10)</b>	<b>7.872.608</b>	<b>30,45</b>
<b>MULTIPLICADOR DO IMPOSTO</b>	<b>0,3045</b>	<b>3,28</b>

# Vinculações do ICMS s/MDE (2014)

ESPECIFICAÇÃO	ICMS	
	VALOR	%
<b>1. ARRECADAÇÃO TOTAL</b>	<b>25.854.213</b>	<b>100,00</b>
<b>2. VINCULAÇÕES AUTOMÁTICAS</b>		-
2.1 - MUNICÍPIOS	6.463.553	25,00
2.2 - FUNDEF: 20% S/ITENS (1-2.1)	3.878.132	15,00
<b>3. LÍQUIDO 1 (1-2)</b>	<b>15.512.528</b>	<b>60,00</b>
4. DÍVIDA: 13% S/ITEM 3	2.016.629	7,80
<b>5. LÍQUIDO 2 (3-4)</b>	<b>13.495.899</b>	<b>52,20</b>
6. S. SAÚDE PÚBLICA:12% S/ITENS (1-2.1)	2.326.879	9,00
<b>LÍQUIDO 3 (5-6)</b>	<b>11.169.020</b>	<b>43,20</b>
9. ENSINO SUPERIOR: 0,5% S/ITENS (1-2.1)	96.953	0,38
10.CIÊNCIA/TECNOL: 1,5% S/ITENS (1-2.1)	290.860	1,13
<b>11.LÍQUIDO 5 (8-9-10)</b>	<b>10.975.113</b>	<b>42,45</b>
<b>MULTIPLICADOR DO IMPOSTO</b>	<b>0,4245</b>	<b>2,36</b>

## Receita corrente de equilíbrio

$$\text{RCE} = \text{DF} + 0,61 \text{ RCE}$$

$$\text{RCE} = \text{DF}/(1-0,61)$$

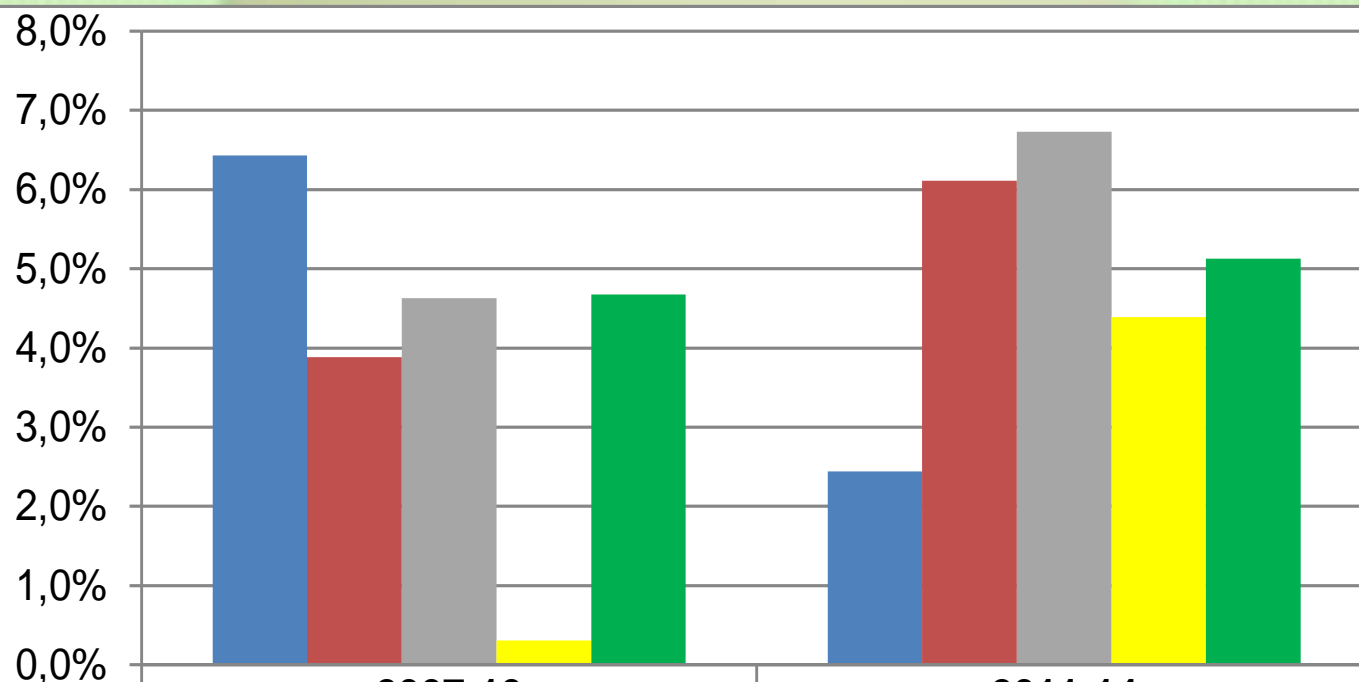
$$\text{DF} = 52$$

Resolvendo a equação:

$$\text{RCE} = 133,3$$

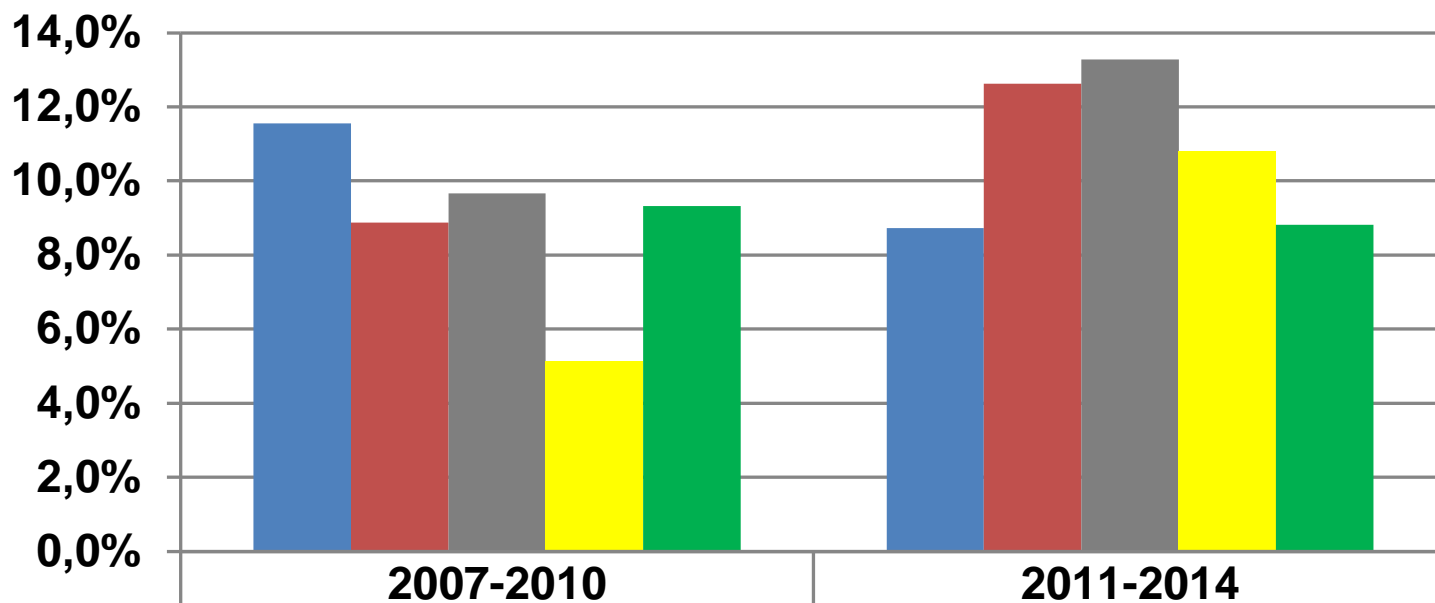
Acréscimo necessário de receita: 33,3%

# Taxas de crescimento real da RCL e demais agregados de despesa, 2007-10 e 2011-14



	2007-10	2011-14
<b>RCL</b>	<b>6,4%</b>	<b>2,4%</b>
<b>Pessoal</b>	<b>3,9%</b>	<b>6,1%</b>
<b>ODC</b>	<b>4,6%</b>	<b>6,7%</b>
<b>Dívida</b>	<b>0,3%</b>	<b>4,4%</b>
<b>Investim.</b>	<b>4,7%</b>	<b>5,1%</b>

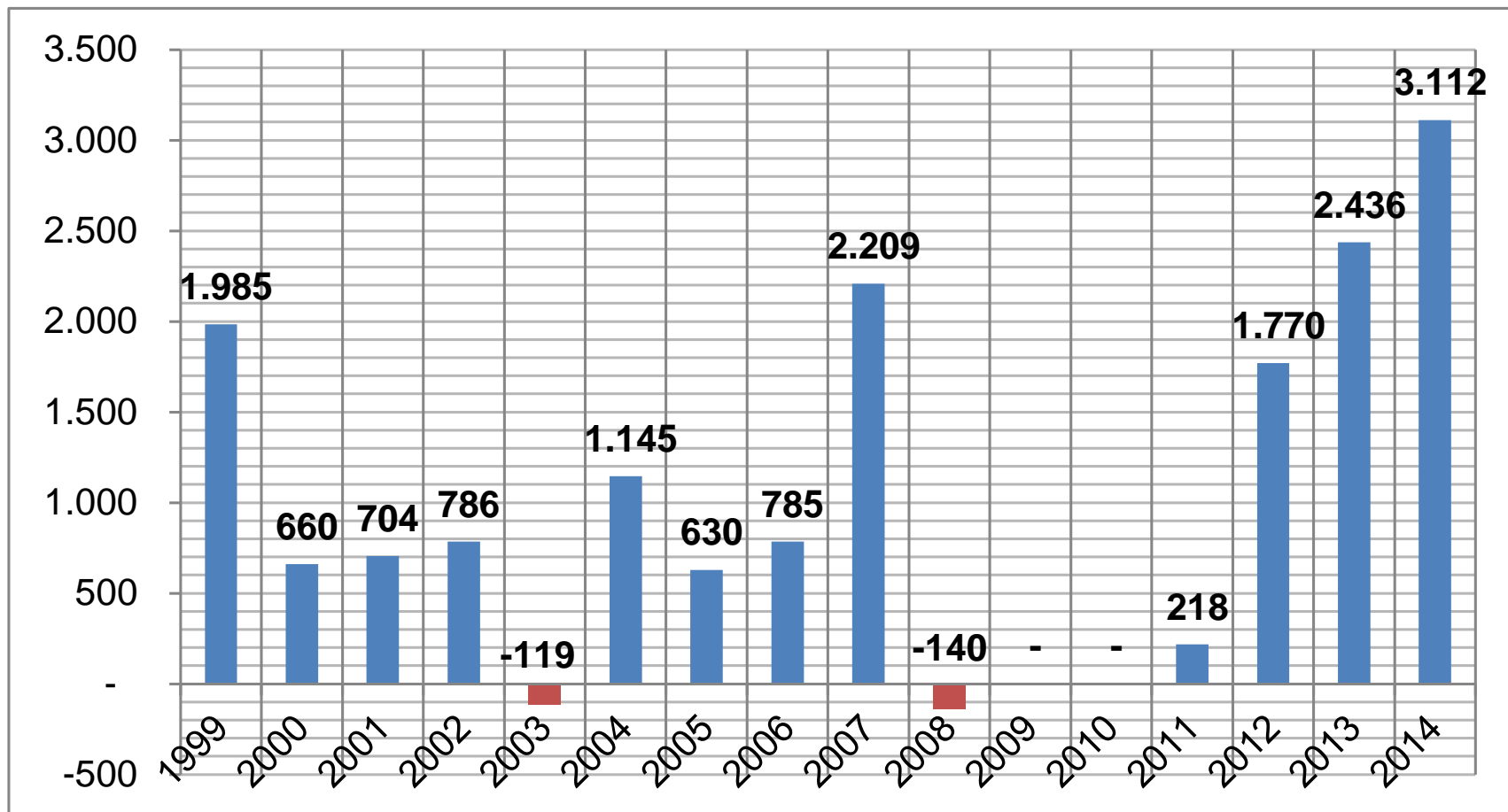
# Taxas de crescimento nominal da RCL e demais agregados de despesa, 2007-10 e 2011-14



RCL	11,5%	8,7%
Pessoal	8,9%	12,6%
ODC	9,7%	13,3%
Dívida	5,1%	10,8%
Investim.	9,3%	8,8%

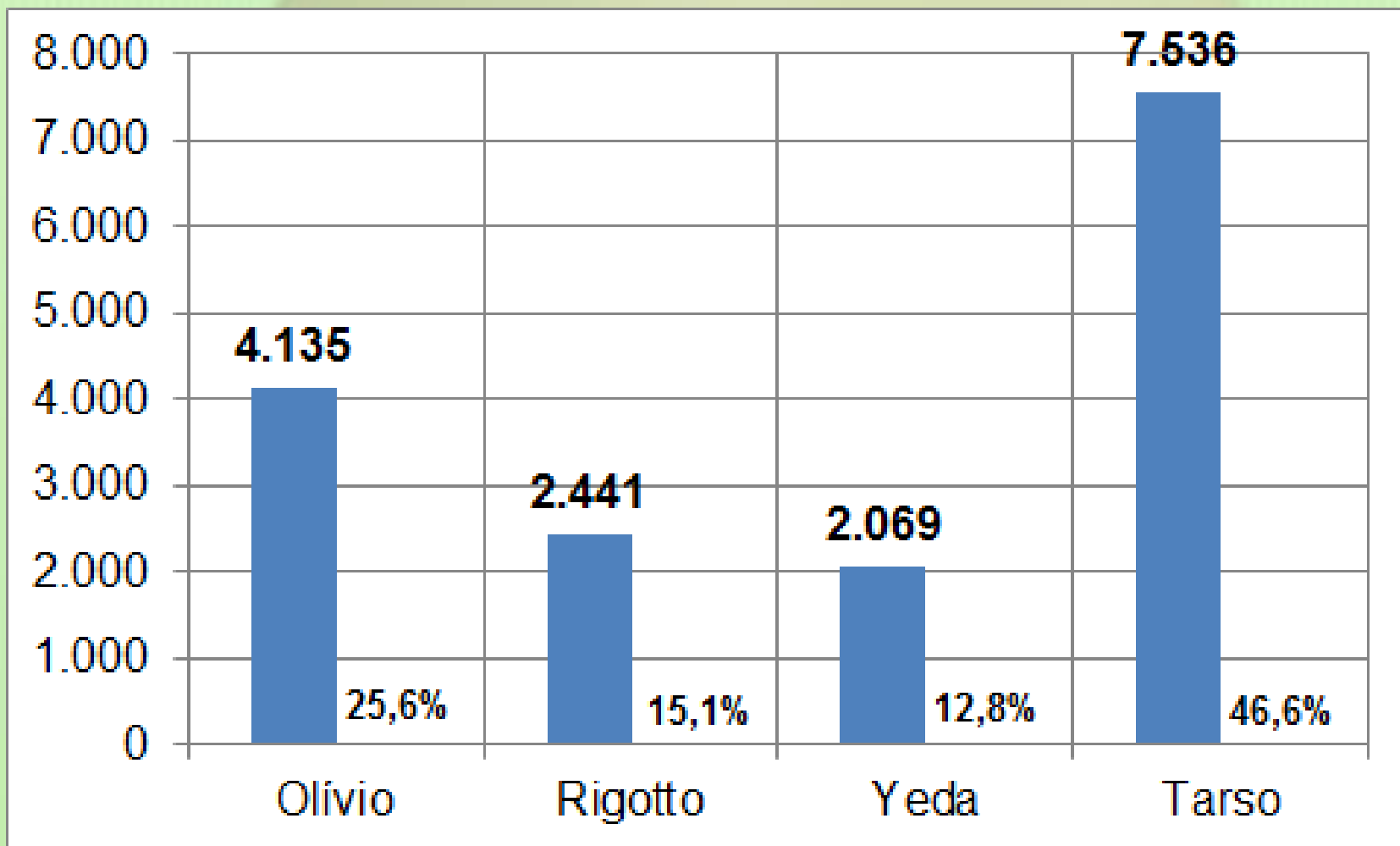
# Retiradas anuais do caixa único

Em R\$ milhões constantes de 2014

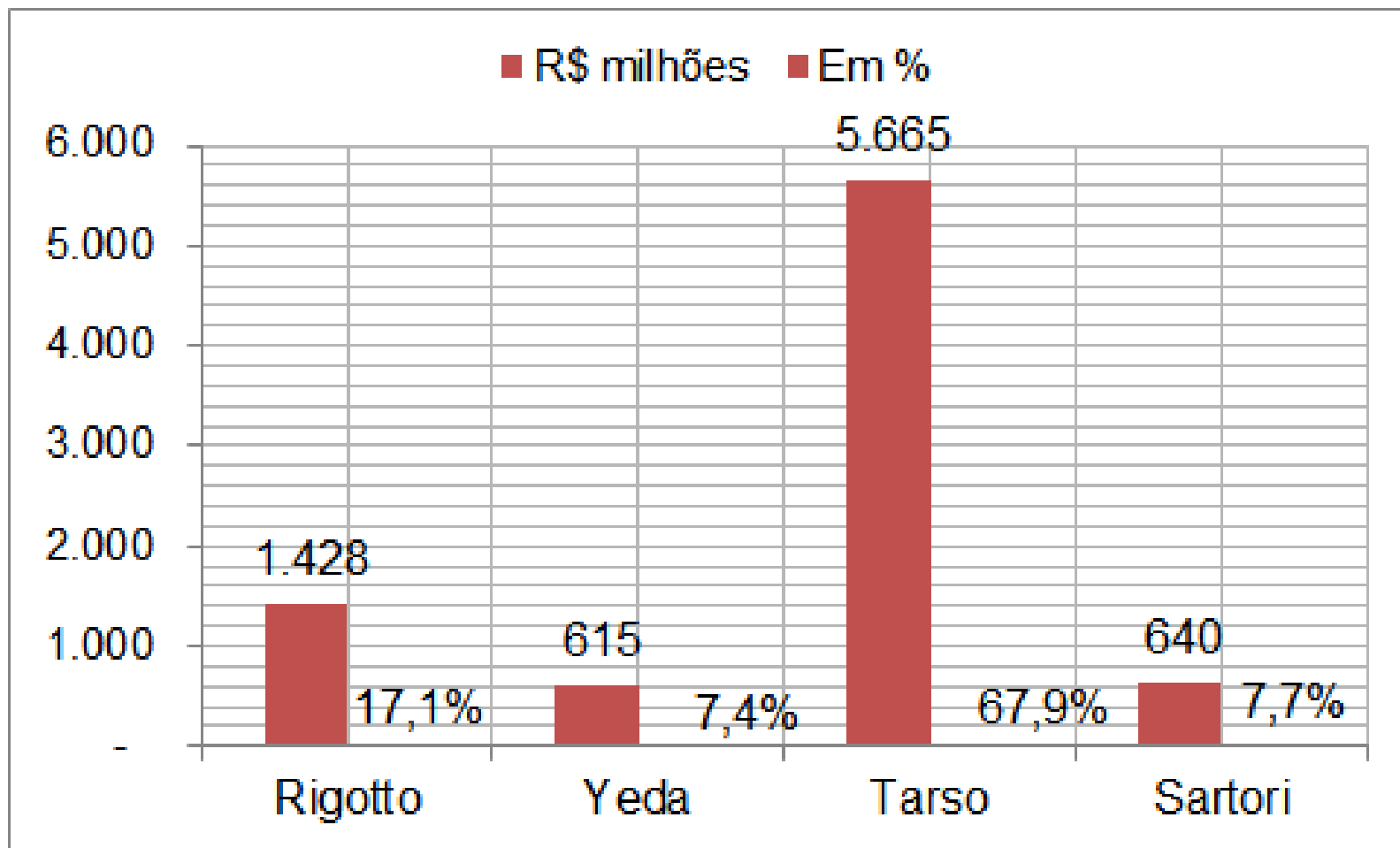




## Saques do caixa único em R\$ milhões de 2014



# Saques dos depósitos judiciais



# O Difícil equilíbrio previdenciário

$$cN = aB$$

Onde:

- $c$  = Alíquota de contribuição previdenciária
- $N$  = Número de contribuintes do sistema
- $a$  = Taxa de reposição  
(razão entre o valor médio das aposentadorias e pensões e o valor médio dos vencimentos de demais vantagens)
- $B$  = Número de beneficiários do sistema.
- **Necessário: (4 ou 5)/1. Real: 0,83/1**

# Problemas previdenciários

- Composição da folha de pagamentos: 45,8% ativos e 54,2% inativos e pensionistas. Relação: 100 para 118.
- Relação no quadro de carreira do magistério: 100 para 150 (dados de 2009).
- Aposentadorias especiais: 87%.
- Despesa previdenciária/RCL: 35,8% e insuficiência/RCL: 31,2% (2014).
- Crescimento real da despesa previdenciária: 5,6% (2004-14) e 6,3% (2013-2014)

# Aposentadorias especiais

ÓRGÃOS	SERVIDORES	%
<b>SEGURANÇA</b>	<b>37.750</b>	<b>22,6%</b>
BRIGADA MILITAR (*)	26.666	16,0%
DEMAIS	11.084	6,6%
SUSEPE	4.004	2,4%
POLÍCIA CIVIL	6.071	3,6%
IGP	1.009	0,6%
<b>EDUCAÇÃO</b>	<b>84.364</b>	<b>50,6%</b>
<b>SOMA</b>	<b>122.114</b>	<b>73,2%</b>
ADM.DIRETA	166.767	100,0%
MULHERES	50%X26,8%	13,4%
<b>TOTAL APOSENTADORIAS ESPECIAIS</b>		<b>87,0%</b>

Fonte: Boletim de pessoal da Fazenda de 31/12/2012.

Sem idade mínima

Idade mínima 50 anos

(\*) Coronéis: 26 na ativa e 455 na reserva (aposentados).

# Características das pensões

## **Caráter vitalício**

**Independente da situação econômica** do beneficiário, da existência ou não de dependentes.

**Não se condiciona** a qualquer limite de idade

**Pode ser acumulada** com qualquer outro benefício previdenciário ou trabalhista.

**Não respeita o teto constitucional (RS).**

**Custo integralidade no RS:** R\$ 800 milhões/ano e R\$ 4 bilhões em precatórios judiciais (2013).

**Observação:** Brasil - 3,2% PIB; OCDE: 0,8%; países iguais: 0,2%.

# Reajustes da segurança pública

<b>Quadros</b>	<b>Reajuste anual</b>	<b>Período</b>
<b>Polícia Civil</b>		
Delegados (já incluídos 5%) (*)	12,9% a 19,1%	2013-2018
Demais	10,8%	2013 a 2018
	<b>Mais 5% aa. 2015-2017, abril/2014</b>	
<b>Susepe</b>	13,6%	2013 a 2018
<b>Oficiais da Brigada Militar (*)</b>	8,6% a 10,7%	2013 a 2018
	<b>(Mais 5% aa. 2015-2017, abril/2014)</b>	
<b>Praças (soldados, cabos e sargentos)</b>	16,0%	2013 a 2014
<b>Idem</b>	13,6%	2015 a 2018
	<b>(Mais 5% aa. 2015-2017, abril/2014)</b>	
Delegados: 14.072/2012 e 14.455/2014.		
Demais: 14.073, 14.074, 14.075 e 14.188/2012 e 14.438/2014 e projetos-de-lei 67/2014, 68/2014 e 69/2014 aprovados em abril/2014.		
(*) Taxa geométrica.		

# Dispersão entre alguns cargos da Segurança com a adoção do subsídio

CARGOS	NOV/2018	RELAÇÃO	TAXA ANUAL
INVESTIGADOR 1ª CLASSE	2.978,00		
INVESTIGADOR 7ª CLASSE	12.000,00	4,03	4,8%
INSPETOR-ESCRIVÃO 1ª CLASSE	5.500,00		
INSPETOR-ESCRIVÃO 4ª CLASSE	12.000,00	2,18	2,6%
MONITOR PENITENCIÁRIO "A"	5.500,00		
MONITOR PENITENCIÁRIO "E"	15.000,00	2,73	3,4%
Fonte: Leis 14.073/2012 e 14.188 E 14.189/2012.			



# Reajustes do magistério em 2014

<b>Mês/ano</b>	<b>Basico inicial em 2014</b>	<b>Básico 2015 sem reajuste</b>	<b>Básico 2015 reaj. janeiro (*)</b>
janeiro	1.040,54	1.260,22	1.338,70
fevereiro	1.040,54	1.260,22	1.338,70
março	1.040,54	1.260,22	1.338,70
abril	1.040,54	1.260,22	1.338,70
maio	1.108,18	1.260,22	1.338,70
junho	1.108,18	1.260,22	1.338,70
julho	1.108,18	1.260,22	1.338,70
agosto	1.108,18	1.260,22	1.338,70
setembro	1.108,18	1.260,22	1.338,70
outubro	1.108,18	1.260,22	1.338,70
novembro	1.260,22	1.260,22	1.338,70
dezembro	1.260,22	1.260,22	1.338,70
13° sal.	1.260,22	1.260,22	1.338,70
<b>Média</b>	<b>1.122,45</b>	<b>1.260,22</b>	<b>1.338,70</b>
<b>Acréscimo s/2014</b>		<b>12,3%</b>	<b>19,3%</b>
<b>Crescimento vegetativo: 2,5%</b>		<b>15,1%</b>	<b>22,3%</b>
Fonte: Elaboração própria com base na Tabela 7.8.			
(*) INPC 6,2281%		Mês do reajuste do piso nacional.	

# Passivo trabalhista pelo não pagamento do piso nacional do magistério

Período: maio/ 2011 - dezembro/2014						
Em R\$ 1.000,00 correntes.						
Ano	Folha c/piso nacional	Folha com básico do RS	Diferença	Juros 6% aa.	C.monetária IGP-M	Total passivo
2011	3.483.000	2.430.000	1.053.000	220.996	276.669	1.550.665
2012	6.149.942	3.803.206	2.346.736	360.354	433.632	3.140.722
2013	6.641.598	4.381.331	2.260.268	198.010	224.685	2.682.962
2014	7.194.179	4.980.411	2.213.768	61.304	63.697	2.338.769
<b>Total</b>	<b>23.468.719</b>	<b>15.594.947</b>	<b>7.873.772</b>	<b>840.664</b>	<b>998.683</b>	<b>9.713.118</b>
Fonte: Elaboração própria						
Observações:						
1. Piso nacional é reajustado pelo Fundeb.						
2. Tanto os juros quanto a correção foram calculados mensalmente até dezembro/2014.						
<b>3. Desconsiderado o crescimento vegetativo da folha.</b>						
4. Considerado IGP-M de 6% aa. para 2014 e o piso para 2014 em R\$ 1.697,37.						
<b>5. Em janeiro de 2015 o piso nacional subiu 13%.</b>						

## Matriz salarial e piso nacional do magistério

Níveis/classes	A	B	C	D	E	F
1	1,00	1,10	1,20	1,30	1,40	1,50
2	1,15	1,26	1,38	1,49	1,65	1,72
3	1,30	1,43	1,56	1,69	1,82	1,95
4	1,50	1,65	1,80	1,95	2,10	2,25
5	1,85	2,03	2,22	2,40	2,59	2,77
6	2,00	2,20	2,40	2,60	2,80	3,00
Triênios: 5%, mais 50% em 30 anos.						
<b>Básicos (atuais)</b>						
Piso nacional : 40 h	1.918,16					
Estadual: 40h.	1.260,22	65,7%		Reaj.necessário	52,2%	
<b>Repercussões:</b>			<b>Índices com 50% de triênios.</b>			
Multiplicadores			3,33	3,60	3,89	4,16
Multiplicadores			3,60	3,90	4,20	4,50
Outubro/2014: 197 mil matrículas, entre servidores, comissionados e contratados.						

## Despesa pessoal/RCL, conforme as respectivas taxas de crescimento

		DP/RCL 2014= p		70%			
Anos (n)	v= r=	2,5% 3,0%	2,5% 4,0%	2,5% 5,0%	3,0% 4,0%	3,0% 5,0%	4,0% 5,0%
1		69,7%	69,0%	68,3%	69,3%	68,7%	69,3%
2		69,3%	68,0%	66,7%	68,7%	67,4%	68,7%
3		69,0%	67,0%	65,1%	68,0%	66,1%	68,0%
4		68,7%	66,0%	63,6%	67,3%	64,8%	67,4%
5		68,3%	65,1%	62,1%	66,7%	63,6%	66,7%
6		68,0%	64,2%	60,6%	66,1%	62,4%	66,1%
7		67,7%	63,2%	59,1%	65,4%	61,2%	65,5%
8		67,3%	62,3%	57,7%	64,8%	60,0%	64,8%
9		67,0%	61,4%	56,4%	64,2%	58,9%	64,2%
10		66,7%	60,5%	55,0%	63,6%	57,8%	63,6%
Fonte: Elaboração própria. Calculado mediante a fórmula					$p_{(n)} = p (1+v)^n / (1+r)^n$		
"v"= taxa de cresc. despesa com pessoal				"r" = taxa crescimento da RCL			
2011-2014: "r" = 2,4%; "v" = 6,1%							

# Injustiça salarial

Há muita disparidade salarial no Estado em que algumas categorias já começam com uma remuneração inicial muito alta.

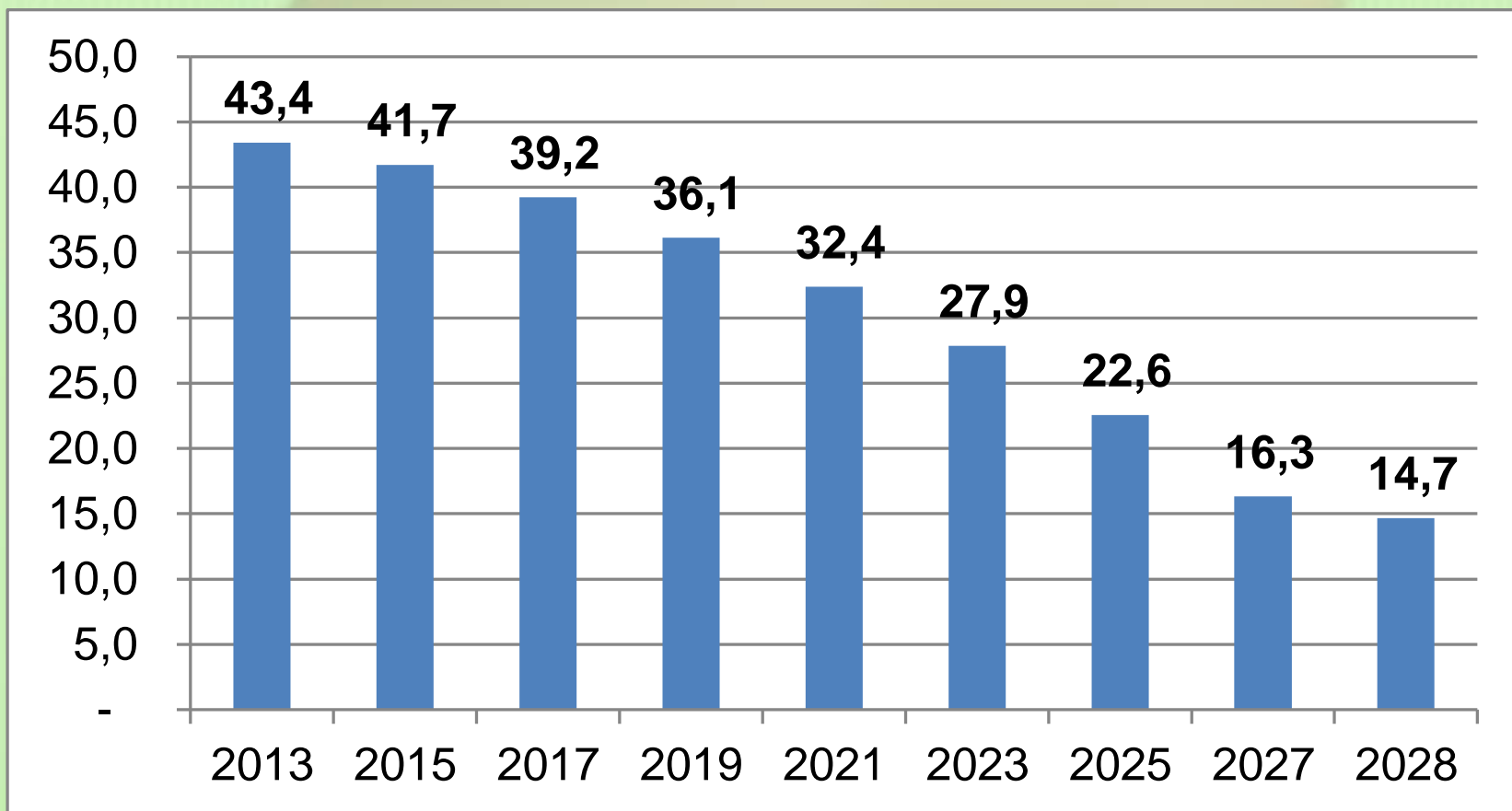
A vinculação do teto remuneratório com os membros do Supremo tem contribuído para isso.

Por outro lado, há uma série de categorias com remuneração muito aquém do que seria recomendado.

Consequências: aumento do déficit público e deficiência na prestação dos serviços.

# Alteração LC 148 de 25/11/2014

Saldo devedor em R\$ bilhões.



# Medidas adicionais necessárias à LC 148/2014

Reduzir o percentual de comprometimento para 9% ou outro menor.

Condições necessárias para zerar o saldo devedor:

Prorrogação do prazo para 2038

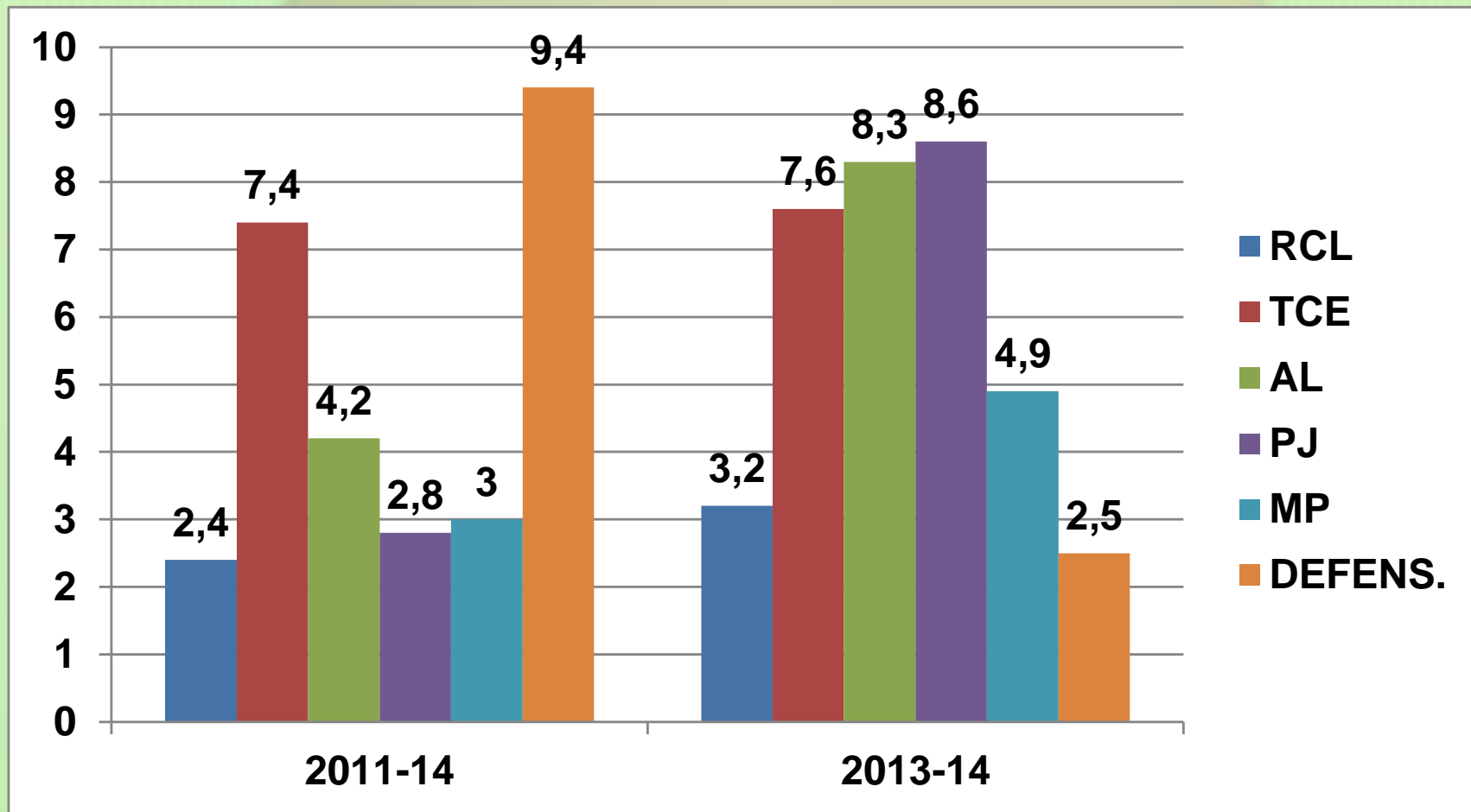
Fim do anatocismo.

**Proposta Ideal:** A do Senador Dornelles, mesmo com reajuste pelo IPCA em todo o prazo (p.109 a 112 do livro).

Há também a Proposta do Senador Lindebergh Farias, que é semelhante à do Sen. Dornelles.

# Despesa dos Outros Poderes e RCL

## Taxas de crescimento reais





# Outros Poderes

- a) Conversão de URV para Real: Uma aberração econômica (R\$ 127,2 milhões em 2014, 20 anos depois do Plano Real).
- b) Auxílio moradia: escárnio social.
- c) Remunerações acima do teto constitucional.
- d) Grande crescimento das outras despesas correntes e da despesa em geral, especialmente nos últimos anos.

# Proposições

- **Receitas**

- Revisão do pacto federativo.
- Alterar a tributação vigente no e-commerce.
- Ampliar a capacidade do órgãos ambientais em analisar projetos de irrigação e ampliar a distribuição de energia adequada para o uso dos sistemas de irrigação por aspersão..
- Buscar parcerias público-privadas para suprir carências de investimentos, especialmente na área de transportes e energia.
- Desenvolvimento econômico mediante aumento da produtividade, mediante crescimento de setores com alto valor agregado. Facilitação dos negócios.

## **Despesas**

Congelar os salários ao nível de dezembro/2014 e renegociar os reajustes futuros, estendendo-os para o período governamental seguinte.

Reforma da previdência (idade mínima, pensões e aposentadorias complementar).

Redução da reposição dos servidores que se aposentam.

Altera o plano de carreira do magistério e outros, visando reduzir a dispersão salarial.

Alterar o acordo da dívida, reduzindo pagamentos e juros e prorrogando os prazos. Rever os salários iniciais de algumas categorias. Extinguir a licença-prêmio.

Computar as funções gratificadas pela média na aposentadoria.

Evitar a concessão de reajustes reais.

Conter o crescimento das outras despesas correntes.

Conter a despesa dos outros Poderes quando da proposta orçamentária, condicionando as liberações aos efetivos ingressos de receita.

# Planejamento estratégico

Fazer um planejamento estratégico de longo prazo, estabelecendo metas de redução do déficit estrutural e outras, obrigando por lei seu seguimento pelos sucessivos governos.

Seriam grandes metas a serem seguidas por todos os governos, não interessando a ideologia a que professem ou o partido a que pertençam.

# Conclusão

A crise estrutural de sempre, agravada pela política fiscal do governo passado, onde foram criadas grandes despesas de caráter permanente para serem financiadas por recursos finitos que, por isso, se esgotaram, terá consequências imprevisíveis no atual período governamental. A isso se somam o esgotamento do limite de endividamento, a queda na arrecadação causada pela recessão econômica e a crise financeira federal.

Os atrasos no pagamento dos salários podem ser a consequência menor. A própria governabilidade pode estar a perigo!

Uma frase para reflexão, que pode ser aplicada a diversas situações

“As gerações futuras irão nos perguntar: Mas onde é que vocês estavam que não viram o que estava acontecendo? O que estavam esperando para acordar?”

**(Al Gore, ex-vice presidente dos Estados Unidos, no filme *Uma verdade inconveniente*, Sobre os efeitos de longo prazo do aquecimento da Terra.)**